

Governo Central registra superávit em julho de 2026

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

- Os dados do Tesouro Nacional, relativos ao comportamento das contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) no mês de julho deste ano, revelam um superávit de R\$ 10,8 bilhões, bem melhor do que o déficit de R\$ 59,1 bilhões observado no mesmo mês de 2025, o qual foi impactado pela concentração de desembolsos de precatórios. Em 2026, o cronograma de pagamentos de precatórios teve os desembolsos antecipados para março, o que representou uma queda de 99% nos pagamentos de sentenças judiciais na comparação entre julho do ano passado e julho deste ano, ou seja, queda de R\$ 37,1 bilhões de desembolsos. No acumulado de janeiro a julho, o Governo Central registrou um déficit primário de R\$ 81,3 bilhões, acima do registrado no mesmo período de 2025 (R\$ 70,3 bilhões). Em doze meses, até julho, o governo acumula um déficit de R\$ 71,6 bilhões, ou 0,55% do PIB.
- A meta fiscal de 2026 é de superávit de R\$ 34,3 bilhões, equivalente a 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), com tolerância de 0,25 ponto percentual, desconsiderando-se o pagamento de precatórios e alguns gastos com saúde, educação e defesa. Caso essas despesas fossem incluídas, a estimativa de déficit primário do Governo Central em 2026 passaria para R\$ 52 bilhões.
- De acordo com o Tesouro, o superávit de julho foi obtido pelo comportamento mais favorável da receita líquida do governo, que registrou um crescimento real de 7,7%, bem acima da evolução das despesas, que registraram uma queda real de 20,7% em julho de 2026. O bom desempenho da receita líquida foi derivado da combinação do aumento de R\$ 11,9 bilhões (7,1%) das Receitas Administradas pela Receita Federal do Brasil-RFB, da elevação de R\$ 4,2 bilhões (7,4%) da arrecadação líquida para o RGPS e da alta de R\$ 4,9 bilhões (16,8%) das receitas não administradas pela RFB. Dentre as receitas administradas, destacam-se o aumento da arrecadação proveniente do Imposto de Renda, por conta, principalmente, das receitas de IR retido na fonte, devido ao desempenho do mercado de trabalho, juntamente com receitas oriundas de aplicações em ativos de renda fixa e juros sobre Capital Próprio. No grupo de receitas não administradas, o destaque foi o avanço nas receitas provenientes da exploração de recursos naturais, impulsionadas pela produção de petróleo e a cotação mais elevada dessa commodity no mercado internacional.
- Quanto ao desempenho das despesas em julho de 2026, o relatório registra uma queda real de 20,7% das despesas totais, na comparação com o mesmo mês de 2025. Essa redução foi influenciada, principalmente, pela diferença no cronograma de pagamento de precatórios entre 2025, concentrado em julho, e 2026, majoritariamente em março deste ano. Vale destacar, ainda, a elevada participação dos créditos extraordinários na composição das despesas, com uma expansão de R\$ 4,2 bilhões (alta de 314,4%), influenciada, principalmente, pelas medidas governamentais para redução dos impactos econômicos dos conflitos no Oriente Médio. Por sua vez, os gastos do poder executivo sujeitos à programação financeira registraram uma queda de 3,4% (-R\$ 1,7 bilhão) e um recuo de 2,4% nas despesas discricionárias, com destaque para a redução de R\$ 1,5 bilhão nos gastos com saúde.
- No acumulado dos sete primeiros meses de 2026, as contas do setor público consolidado registraram um déficit primário de R\$ 78,8 bilhões, o equivalente a 1% do produto interno bruto (PIB), significando uma piora na comparação com o mesmo período do ano passado, quando foi registrado um saldo negativo de R\$ 44,5 bilhões (0,61% do PIB). O Governo Central influenciou bastante esse resultado, com um déficit de R\$ 82,4 bilhões contra um déficit de R\$ 68,7 bilhões registrado no mesmo período de 2025. Quando se incorporam os juros da dívida pública na

conta, no conceito conhecido no mercado como resultado nominal, observa-se um déficit nominal de R\$ 747,5 bilhões nas contas do setor público no acumulado de janeiro a julho de 2026, que equivale a 9,53% do PIB. Este último número é acompanhado com atenção pelas agências de classificação de risco para definição da nota de crédito dos países, constituindo-se em indicador relevante para avaliação dos investidores estrangeiros. Com esse desempenho fiscal, a dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu 82,5% do PIB, R\$ 10,9 trilhões, em julho de 2026, aumentando 0,6 p.p. do PIB em relação ao mês anterior.

Comentário: As contas do Governo Central, formado pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, no mês de julho de 2026, registraram um superávit de R\$ 10,8 bilhões, bem melhor do que o déficit de R\$ 59,1 bilhões observado no mesmo mês de 2025, o qual foi impactado pela concentração de desembolsos de precatórios. O superávit de julho também foi influenciado pelo comportamento mais favorável da receita líquida do governo, que registrou um crescimento real de 7,7%, bem acima da evolução das despesas, que registraram uma queda real de 20,7%. A dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu 82,5% do PIB, R\$ 10,9 trilhões, em julho de 2026, aumentando 0,6 p.p. em relação ao mês anterior.

Tabela 1 - Resultado do Tesouro Nacional - Janeiro-Julho de 2026 (Milhões correntes)

Discriminação	Jan-Julho		Variação (2026/2025)		Julho		Variação (2026/2025)	
	2025	2026	% Nominal	% Real (IPCA)	2025	2026	% Nominal	% Real (IPCA)
1. RECEITA TOTAL	1.667.634	1.839.667	10,3%	5,7%	243.999	275.884	13,1%	8,3%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	327.944	357.810	9,1%	4,5%	42.754	49.579	16,0%	11,0%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	1.339.690	1.481.857	10,6%	5,9%	201.245	226.305	12,5%	7,7%
4. DESPESA TOTAL	1.410.037	1.563.162	10,9%	6,2%	260.315	215.522	-17,2%	-20,7%
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV. CENTRAL (3 - 4)	-70.347	-81.305	15,6%	12,4%	-59.070	10.783	-	-
Tesouro Nacional	176.370	177.736	0,8%	-3,8%	-16.076	33.320	-	-
Banco Central	-379	-627	65,3%	58,8%	-310	-302	-2,4%	-6,6%
Previdência Social (RGPS)	-246.339	-258.414	4,9%	0,6%	-42.684	-22.234	-47,9%	-50,1%
6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-0,96%	-1,04%	-	-	-5,40%	0,92%	-	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 2 - Receitas Primárias do Governo Central - resultado do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. Julho-2025/2026 - Valores a preços de julho/26 - IPCA – R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	JULHO		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
RECEITA TOTAL	254.839,5	275.884,0	21.044,5	8,3%
Receita Administrada pela RFB	167.951,7	179.848,3	11.896,6	7,1%
Imposto de Importação	7.840,1	8.511,3	671,2	8,6%
IIPI	7.363,6	8.330,1	966,5	13,1%
Imposto sobre a Renda	76.508,1	83.481,2	6.973,1	9,1%
IOF	6.791,4	8.280,0	1.488,6	21,9%
COFINS	33.382,7	30.367,5	-3.015,3	-9,0%
PIS/PASEP	9.421,4	8.394,4	-1.027,0	-10,9%
CSLL	22.297,0	23.619,5	1.322,5	5,9%
CIDE Combustíveis	270,1	307,1	37,1	13,7%
Outras Receitas Administradas pela RFB	4.077,4	8.557,3	4.479,9	109,9%
Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
Arrecadação Líquida para o RGPS	57.667,9	61.908,9	4.240,9	7,4%
Receitas Não Administradas pela RFB	29.219,8	34.126,7	4.906,9	16,8%
Concessões e Permissões	520,1	237,3	-282,8	-54,4%
Dividendos e Participações	0,1	0,1	0,0	-38,2%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.628,7	1.593,6	-35,1	-2,2%
Exploração de Recursos Naturais	17.114,7	22.147,2	5.032,5	29,4%
Receitas Próprias e de Convênios	2.193,2	1.685,5	-507,7	-23,1%
Contribuição do Salário Educação	2.813,7	3.132,6	319,0	11,3%
Demais Receitas	4.949,4	5.328,1	378,7	7,7%
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	44.653,8	49.578,5	4.924,7	11,0%
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	210.185,7	226.305,5	16.119,8	7,7%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 3 - Despesas Primárias do Governo Central - resultado do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. Julho-2025/2026 - Valores a preços de julho/26 - IPCA – R\$ milhões

Discriminação	JULHO		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
DESPESA TOTAL	271.880,5	215.522,0	-56.358,5	-20,7%
Benefícios Previdenciários	102.248,5	84.143,0	-18.105,6	-17,7%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	21.882,1	2.058,9	-19.823,2	-90,6%
Pessoal e Encargos Sociais	47.437,6	43.232,9	-4.204,7	-8,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	6.162,3	245,4	-5.916,9	-96,0%
Outras Despesas Obrigatórias	71.130,4	38.807,6	-32.322,8	-45,4%
Abono e Seguro Desemprego	9.755,9	10.701,7	945,8	9,7%
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	130,0	4,1	-126,0	-96,9%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	11.479,8	11.889,1	409,2	3,6%
Créditos Extraordinários	1.350,1	5.595,2	4.245,1	314,4%
Fundeb - Complementação da União	4.795,7	5.196,5	400,8	8,4%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.831,4	1.712,8	-118,6	-6,5%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	346,8	332,0	-14,8	-4,3%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	37.523,6	457,6	-37.066,0	-98,8%
Subsídios, Subvenções e Proagro	2.582,6	1.574,5	-1.008,2	-39,0%
Impacto Primário do FIES	176,5	144,8	-31,7	-18,0%
Demais	1.157,8	1.199,3	41,5	3,6%
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	51.064,0	49.338,6	-1.725,4	-3,4%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	32.737,3	31.453,9	-1.283,5	-3,9%
Discricionárias	18.326,7	17.884,7	-442,0	-2,4%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 4 – Necessidades de financiamento do setor público (Fluxos acumulados no ano) - Janeiro-Julho/2026 - R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO-JULHO				FLUXOS MENSAIS		
	2025	% do PIB	2026	% do PIB	Maio	Junho	Julho
Nominal	570 213	7,79	747 452	9,53	163 679	165 966	97 602
Governo Central(1)	534 176	7,30	693 922	8,84	153 063	147 688	81842
Governos estaduais	24 849	0,34	41807	0,53	9 319	16 913	11486
Governos municipais	340	0,00	-2 587	-0,03	999	- 707	2 555
Empresas estatais(2)	10 848	0,15	14 310	0,18	298	2 072	1719
Juros nominais	525 676	7,18	668 617	8,52	107 547	110 653	98 963
Governo Central(1)	465 493	6,36	611522	7,79	97 895	100 452	92 817
Governos estaduais	52 110	0,71	46 792	0,60	8 363	8 723	4 607
Governos municipais	5 510	0,08	5 987	0,08	719	873	933
Empresas estatais(2)	2 563	0,04	4 316	0,06	571	604	607
Primário	44 537	0,61	78 835	1,00	56 131	55 313	- 1 361
Governo Central	68 684	0,94	82 400	1,05	55 169	47 236	- 10 975
Governos estaduais	- 27 261	-0,37	- 4 985	-0,06	956	8 189	6 880
Governos municipais	- 5 170	-0,07	- 8 574	-0,11	280	- 1581	1623
Empresas estatais(2)	8 285	0,11	9 993	0,13	- 273	1468	1112
PIB acumulado no ano*	7 318 527	-	7 847 259	-			

Fonte: BACEN

(1) Inclui INSS

(2) Exclui as empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras

* Dados preliminares

(+) déficit (-) superávit

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente de Ambiente: Allisson David de Oliveira Martins. Gerente Executivo: Lilliane Cordeiro Barroso. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Biágio de Oliveira Mendes Junior, Laura Lúcia Ramos Freire, Wellington Santos Damasceno. Bolsistas de Nível Superior: Guilherme Miranda Soares e Samuel Alesxandro Apolinário Xavier.

Aviso Legal: O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.